

Fwd: Oficiar para cumprir – ARNALDO HÉLIO DIAS - 1.0000.21.214551-0/001

Sexta, Abril 01, 2022 18:08 -03



PDOP OFICIO pooficio@advocaciageral.mg.gov.br

Para

Claudia Teixeira de Oliveira

--

Atenciosamente,

PDOP OFICIO

AGE

----- Original Message -----

Assunto: Oficiar para cumprir – ARNALDO HÉLIO DIAS - 1.0000.21.214551-0/001

Data: Sexta, Abril 01, 2022 18:06 -03

De: "Ricardo Magalhaes Soares" <ricardo.soares@advocaciageral.mg.gov.br>

Para: pooficio@advocaciageral.mg.gov.br

Ref.: Oficiar para cumprir – ARNALDO HÉLIO DIAS - 1.0000.21.214551-0/001

Senhor Diretor,

Gentileza encaminhar o acórdão anexo ao TCE, para cumprimento.

Segue, anexada, a decisão a ser cumprida.

Att.

Ricardo Magalhães Soares

Procurador do Estado

OAB/MG 59.998 – MASP 611.685-9

Acórdão.pdf

431 KiB





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001



**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – TUTELA ANTECEDENTE –
RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIO –
TRIBUNAL DE CONTAS – RESSARCIMENTO – PRAZO PRESCRICIONAL
– CINCO ANOS.**

- A imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário (art. 37, § 5º, CR/88) aplica-se apenas aos atos dolosos de improbidade administrativa ou decorrente de ilícito penal.

- Nem todo prejuízo ao erário que se pretenda reparar é imprescritível.

- A pretensão de execução de valores apurados pelo Tribunal de Contas em razão de dano ao erário prescreve em cinco anos (Tema nº 899, STF).

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.21.214551-0/001 - COMARCA DE MANGA - APELANTE(S): ESTADO DE MINAS GERAIS
- APELADO(A)(S): ARNALDO HELIO DIAS**

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 4ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

DES. RENATO DRESCH
RELATOR



DES. RENATO DRESCH (RELATOR)

V O T O

<Trata-se de Apelação Cível interposta nos autos da Tutela Antecipada em Caráter Antecedente requerida por **ARNALDO HÉLIO DIAS** em face do **ESTADO DE MINAS GERAIS** e do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, cuja pretensão inicial consiste na concessão da tutela em caráter antecedente para sustar todos os efeitos da decisão proferida pelo TCE/MG nos autos da Tomada de Contas nº 838903, até ulterior apreciação da matéria.

Por sentença (ordem 71) o Juiz Juliano Martins Brito, da Comarca de Jaíba, **homologou a desistência da ação em face do TCE/MG e julgou procedente o pedido em face do Estado de Minas Gerais**, nestes termos:

Ante o exposto:

1) **HOMOLOGO a desistência da ação em relação ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais** e, em consequência, **JULGO EXTINTO o processo**, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Sem condenação quanto a honorários advocatícios.

2) **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, resolvendo o mérito da causa, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de **DECLARAR** a nulidade do acórdão do TCE-MG, desconstituindo a decisão proferida no processo de Tomada de Contas Especial nº 838903 (Id. 11597020).

Isento o réu de custas processuais na forma do art. 10, inciso I, da Lei Estadual 14.939/2002.

Condene o réu ao pagamento de honorários de sucumbência, que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do Código de Processo Civil.

Sentença **NÃO** sujeita ao reexame necessário (art. 496, do Código de Processo Civil). Nos termos do art. 496, § 3º do CPC, a remessa necessária é dispensável em demandas com repercussão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001

econômica inferior a 500 salários-mínimos. É certo que a norma legal menciona expressamente a liquidez da condenação; não obstante, no caso concreto, apesar da iliquidez da condenação, é evidente que a repercussão econômica da demanda não alcança o patamar legal, pelo que de se aplicar a *mens legis* contida no referido dispositivo.

O Estado de Minas Gerais apelou (ordem 74) e argumenta que se trata de Ação de Tutela Cautelar Antecedente com pedido de tutela de urgência proposta por Arnaldo Hélio Dias na qual alega que Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, no procedimento de Tomada de Contas Especial nº 838903, julgou irregulares as contas do autor relativas ao Convênio 0589556/96/SEAM/PADEM, celebrado entre o Município de Jaíba, do qual era Chefe do Executivo à época, e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais – SEAM, sendo que o próprio TCE/MG reconheceu a prescrição da pretensão punitiva no que tange à aplicação da multa, uma vez que o convênio foi celebrado no ano de 1996 e o acórdão somente foi proferido pelo TCE/MG em 09.03.2016, mas afastou tal prejudicial de mérito em relação ao ressarcimento ao erário, por entender que haveria imprescritibilidade. Sustenta que a prescrição apenas se aplica à punição do agente público ou particular, mas não à recuperação do dano sofrido pelo Estado, conforme art. 37, §5º, da CR/88. Aduz que, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a liberação de verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes à espécie ou sua aplicação irregular configura conduta dolosa, má-fé e dano ao erário, aptos à configuração de responsabilização, cabendo observar, ainda, o Decreto 43.635/2015, que em seu artigo 15 estabelece que os recursos públicos devem ser utilizados nos termos autorizados, sob pena de restituição ao concedente, do valor transferido, quando não utilizados na forma e finalidade estabelecida no convênio. Reitera que



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001

as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis e requer a reforma da sentença.

Contrarrazões apresentadas (ordem 76) pugnando pelo não provimento do recuso.

É o relatório.

Conheço do recurso, porque presentes os pressupostos para a sua admissibilidade.

Da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário

Nos termos do §5º do art. 37 da Constituição Federal, “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento**”. (grifei)

No caso destes autos não se trata de ressarcimento de dano decorrente da prática de ato doloso previsto na Lei nº 8.429/92, o qual é imprescritível, mas de débito decorrente da apuração de despesas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Não é todo prejuízo ao erário cuja reparação se considera imprescritível, mas somente aqueles decorrentes de ato ilícito do servidor público que caracterize improbidade administrativa ou ilícito penal.

O STF, ao decidir a matéria (Tema 666), definiu o alcance da imprescritibilidade prevista no art. 37, §5º, da Constituição Federal, fixando a seguinte tese:

É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. (RE 669069/MG, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, 28-04-2016)

No voto de relatoria o Min. Teori Zavascki propôs que somente no ressarcimento ao erário decorrente de ato de improbidade ou ilícito penal se aplicará a regra da imprescritibilidade, conforme se extrai do seguinte trecho do voto do relator:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001

Em suma, não há dúvidas de que o fragmento final do § 5º do art. 37 da Constituição veicula, sob a forma da imprescritibilidade, uma ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público. Esse sentido deve ser preservado. Todavia, não é adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado, ou limitado apenas pelo (a) conteúdo material da pretensão a ser exercida - o ressarcimento - ou (b) pela causa remota que deu origem ao desfalque no erário - um ato ilícito em sentido amplo. O que se mostra mais consentâneo com o sistema de direito, inclusive o constitucional, que consagra a prescritibilidade como princípio, é atribuir um sentido estrito aos ilícitos de que trata o § 5º do art. 37 da Constituição Federal, afirmando como tese de repercussão geral a de que a imprescritibilidade a que se refere o mencionado dispositivo diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos decorrentes de ilícitos tipificados como de improbidade administrativa e como ilícitos penais. (...) Ante o exposto, nego provimento ao recurso extraordinário, mantendo a conclusão do acórdão recorrido, embora com fundamentação diversa, e proponho a fixação de tese segundo a qual a imprescritibilidade a que se refere o art. 37, § 5º, da CF diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos praticados por qualquer agente, servidor ou não, tipificados como ilícitos de improbidade administrativa ou como ilícitos penais. É o voto. (RE 669069/MG, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, 28-04-2016)

A tese se limitou à análise do caso concreto de dano decorrente de acidente automobilístico, havendo postergação da análise da imprescritibilidade nas ações de reparação de dano que decorrem de ato de improbidade administrativa para o julgamento do RE 852475RG/SP (Tema 897) assim como para os casos em que o dano decorrer de apuração pelo Tribunal de Contas, para o RE 636886 RG/AL (Tema 899).

Posteriormente, no julgamento do Tema nº 899, o STF fixou a seguinte tese: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas” (RE 636886, Relator(a):



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001

ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020).

Cabe ressaltar que a questão da modulação dos efeitos do acórdão foi levantada pelo Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 636886, mas não contou com a adesão de seus pares, de modo que prevaleceu a tese da prescribibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, sem modulação de efeitos.

No caso em análise, o autor pretende desconstituir a decisão proferida pelo TCE/MG nos autos da Tomada de Contas nº 838903, que o condenou a ressarcir o dano ao erário decorrente de irregularidades apuradas na prestação de contas do Convênio 0589556/96/SEAM/PADEM.

Considerando-se que o convênio foi celebrado no ano de 1996 e o acórdão somente foi proferido pelo TCE/MG em 09/03/2016, transcorreu prazo superior a cinco anos entre o fato e a condenação pelo TCE/MG, ocorrendo a prescrição da pretensão de ressarcimento, aplicando-se a tese firmada pelo STF no Tema nº 899.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**.

Majoro os honorários de sucumbência para 12% do valor atualizado da causa, diante da sucumbência recursal (art. 85, §11, CPC).

DES. PEDRO ALEIXO - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. KILDARE CARVALHO - De acordo com o(a) Relator(a).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.21.214551-0/001

SÚMULA: "NEGARAM PROVIMENTO AO
RECURSO."

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador RENATO LUIS DRESCH, Certificado:

259C45BEC84E92DCB800E3AD70430FB, Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022 às 13:33:48.

Julgamento concluído em: 10 de fevereiro de 2022.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
100002121455100012022176702



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais
Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Ofício AGE/PDOP nº. 9807/2022

Belo Horizonte, 04 de abril de 2022.

Referência: Contencioso/AGE - 5001253-20.2020.8.13.0738, Arnaldo Hélio Dias
Destinatário: Escritório da AGE no TCE - Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Senhor(a) Assessor(a)-Chefe,

Tendo em vista a presente ação, enviamos, para conhecimento e providências, cópia do acórdão (44563033,44563099) que negou provimento ao recurso e manteve a sentença que julgou procedentes os pedidos iniciais.

Outrossim, solicitamos o cumprimento da ordem judicial, nos termos ali consignados, e o envio do comprovante para juntada aos autos.

Pedimos, ainda, que os arquivos sejam encaminhados, pelo SEI, para a unidade AGE/PDOP, com o tamanho máximo de 3MB.

Na oportunidade, renovamos nossos mais elevados protestos de estima e apreço.

CRISTIANE DE OLIVEIRA ELIAN

Procuradora do Estado

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane de Oliveira Elian, Procuradora do Estado**, em 04/04/2022, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44563442** e o código CRC **75341B0A**.

Referência: Processo nº 1080.01.0027306/2022-63

SEI nº 44563442

Av. Afonso Pena, nº 4000 - Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - CEP 30130-008



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça**

Cartório da 4ª Câmara Cível - Afonso Pena 4001

Certidão

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 08/04/2022. O referido é verdade e dou fé. Belo Horizonte, 08 de Abril de 2022. Eu, Isabela Barbalho Aguiar, T0068023, Escrivã, em substituição, do Cartório da 4ª Câmara Cível - Afonso Pena 4001, assino digitalmente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022.

Ilmo. Sr. Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**Dr. Belarmino José da Silva Neto****Diretoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais****Assunto: Comunica decisão judicial nos autos do processo nº 5001253-20.2020.8.13.0738 - Apelação Cível nº 1.0000.21.214551-0/001**

Prezado Diretor,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminha-se o Ofício AGE/PDOP nº. 9807/2022 (0137130), para ciência e eventual providências.

Acompanham o referido ofício, copia do acórdão (0137129) contendo a decisão, transitada em julgado em 08/04/2022 (0140318), que afinal entendeu pela ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, objeto da ação ajuizada pelo então processado/autor ARNALDO HÉLIO DIAS, em face do Estado/Tribunal de Contas, autos de origem nº **5001253-20.2020.8.13.0738**.

No caso concreto, tem-se, pois, por força da decisão judicial supra citada, afastados **todos os efeitos da decisão proferida pelo TCE/MG nos autos da Tomada de Contas nº 838903**.

Solicita-se a gentileza de devolver o presente expediente SEI ao Escritório da AGE no TCE, acompanhado da eventual comprovação do cumprimento da ordem judicial (se for o caso) para os fins de direito e providências de estilo.

Atenciosamente e a disposição,



Priscila Vieira de Alvarenga Penna
Procuradora do Estado
Escritório da Advocacia-Geral do Estado - TCEMG



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Vieira de Alvarenga Penna, Coordenadora**, em 19/04/2022, às 22:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php



acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0140319** e o código CRC **A9C8FA2B**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

1080.01.0027306/2022-63

0140319v5

Criado por priscila.penna, versão 5 por priscila.penna em 19/04/2022 22:01:46.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Expediente

De: Presidência.

Para: Consultoria-Geral
Coordenadoria de Débito e Multa
Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Superintendência de Controle Externo

Data: 20 de abril de 2022.

Assunto: Comunica decisão judicial nos autos do processo nº 5001253-20.2020.8.13.0738 - Apelação Cível nº 1.0000.21.214551-0/001, referente ao reconhecimento judicial da prescrição do ressarcimento no processo n. 838903.

À Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do MPTC e à Superintendência de Controle Externo para ciência do teor deste expediente e adoção de eventuais providências

Senhor Coordenador de Débito e Multa, Senhor Consultor-Geral,

Trata-se do Ofício AGE/PDOP nº 9807/2022 (documento 0140319), subscrito pela Procuradora do Estado de Minas Gerais, Dra. Priscila Vieira Alvarenga Penna, por meio do qual encaminha para ciência e eventuais providências a r. decisão proferida no processo nº 5001253-20.2020.8.13.0738, Apelação Cível nº 1.0000.21.214551-0/001, (acórdão 0137129), transitada em julgado em 8/4/2022, que reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário referente aos autos Tomada de Contas Especial nº 838.903, objeto da ação ajuizada pelo então processado/autor Arnaldo Hélio Dias em face do Estado de Minas Gerais/Tribunal de Contas.

Eis a ementa da decisão prolatada por este Tribunal de Contas na Tomada de Contas Especial nº 838.903:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – APURAÇÃO DE FATOS, IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSÁVEIS E QUANTIFICAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO RELATIVOS À APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO – PRELIMINAR – INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS JUDICANTES – COMPETÊNCIA CONSTITUCIONALMENTE RESERVADA A CADA ÓRGÃO – AFASTADA A PRELIMINAR SUSCITADA PELO PARQUET – PREJUDICIAL DE MÉRITO – OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – MÉRITO – VALOR REPASSADO NÃO APLICADO NA OBRA OBJETO DO CONVÊNIO – IRREGULARIDADE DAS CONTAS – DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Em função da constatação de prejuízo ao erário, julgam-se irregulares as contas tomadas, relativas a convênio, determinando-se a restituição ao erário estadual da importância impugnada, devidamente corrigida, concernente ao valor repassado pela Secretaria de Estado ao Município, não aplicado na obra objeto do convênio.

Replico a seguir a ementa do julgado proferido pelo Tribunal de Justiça na Apelação Cível nº 1.0000.21.214551-0/001, que reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – TUTELA ANTECEDENTE – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIO – TRIBUNAL DE CONTAS – RESSARCIMENTO – PRAZO PRESCRICIONAL – CINCO ANOS.

- A imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário (art. 37, § 5º, CR/88) aplica-se apenas aos atos dolosos de improbidade administrativa ou

decorrente de ilícito penal.

- Nem todo prejuízo ao erário que se pretenda reparar é imprescritível.

- A pretensão de execução de valores apurados pelo Tribunal de Contas em razão de dano ao erário prescreve em cinco anos (Tema nº 899, STF).

Conforme registrou a Advocacia Geral do Estado no ofício 0140319, “[no] caso concreto, tem-se, pois, por força da decisão judicial supra citada, afastados **todos os efeitos da decisão proferida pelo TCE/MG nos autos da Tomada de Contas nº 838903**.” (Destaque do original)

Isso posto, encaminho o processo à Coordenadoria de Débito e Multa para adoção das providências necessárias ao cumprimento da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com o afastamento de todos os efeitos da decisão prolatada por este Tribunal de Contas na Tomada de Contas Especial nº 838.903.

Na oportunidade, encaminho o processo à Consultoria-Geral para conhecimento e providências eventualmente cabíveis no âmbito de suas competências, considerando o disposto nos incisos I e III do art. 16 da Resolução nº 9, de 11 de agosto de 2021.

Após a adoção das medidas cabíveis, em atendimento à solicitação da Procuradora Priscila Vieira Alvarenga Penna, contida no final do ofício 0140319, encaminhe-se o presente processo ao Escritório da Advocacia Geral do Estado neste Tribunal de Contas acompanhado da comprovação do cumprimento da ordem judicial.

Atenciosamente,

Mauri Torres
Conselheiro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Mauri José Torres Duarte, Presidente**, em 26/04/2022, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0140492** e o código CRC **F8758401**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

1080.01.0027306/2022-63

0140492v5

Criado por chotts, versão 5 por belarmينو.neto em 26/04/2022 08:23:33.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Expediente

De: Superintendência de Controle Externo.

Para: Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais
Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal
Diretoria de Controle Externo do Estado
Diretoria de Controle Externo dos Municípios

Data: 27 de abril de 2022.

Assunto: [Decisão judicial - dano ao erário]

Senhores Diretores,

Encaminho-lhes, para ciência e adoção de eventuais medidas pertinentes, a decisão judicial anexa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Magalhães Azevedo, Superintendente**, em 27/04/2022, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0141597** e o código CRC **73530BFB**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

1080.01.0027306/2022-63

0141597v2

Criado por pedro.azevedo, versão 2 por pedro.azevedo em 27/04/2022 16:28:30.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Expediente

De: Diretoria de Controle Externo dos Municípios.

Para: 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios
2ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios
Coordenadoria de Auditoria dos Municípios
Coordenadoria de Análise de Contas de Governo Municipais
Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte

Data: 28 de abril de 2022.

Assunto: Comunica decisão judicial nos autos do processo nº 5001253-20.2020.8.13.0738 - Apelação Cível nº 1.0000.21.214551-0/001

Senhores(as) Coordenadores (as),

Encaminho para conhecimento e eventual providências, copia do acórdão (0137129) contendo a decisão, transitada em julgado em 08/04/2022 (0140318), que afinal entendeu pela ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, objeto da ação ajuizada pelo então processado/autor ARNALDO HÉLIO DIAS, em face do Estado/Tribunal de Contas, autos de origem nº **5001253-20.2020.8.13.0738**.

No caso, por força da decisão judicial supra citada, tem-se afastados **todos os efeitos da decisão proferida pelo TCE/MG nos autos da Tomada de Contas nº 838903**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Heliane da Costa Ravaiani Brum, Diretora**, em 28/04/2022, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0141855** e o código CRC **CC82BAE6**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

1080.01.0027306/2022-63

0141855v3

Criado por hbrum, versão 3 por hbrum em 28/04/2022 16:35:19.

